FUNCEF aprova as Políticas de Investimento 2026-2030

Foco das diretrizes está nas estratégias de proteção das carteiras e no ajuste do risco-retorno

O Conselho Deliberativo da FUNCEF aprovou, nesta quinta-feira (18/12), as Políticas de Investimento 2026-2030 de todos os planos de benefícios da Fundação.

Os documentos, que serão publicados no site, definem os objetivos e as estratégias de aplicação de recursos que irão orientar a gestão de ativos para os próximos cinco anos, considerando as características e necessidades específicas de cada plano.

Em linhas gerais, as Políticas 2026-2030 mantêm as estratégias atuais. Para o Novo Plano e REB CD, planos que reúnem os participantes ativos, o foco é proporcionar a composição com a melhor relação risco/retorno para a carteira de investimentos.

No caso dos planos de Benefício Definido, com grande volume de aposentados e pensionistas, a Fundação seguirá com a estratégia combinada de imunização da carteira e casamento de fluxo de caixa (saiba mais adiante), buscando garantir a liquidez necessária para pagar os benefícios de seus participantes.

Como explica o diretor de Investimentos e Participantes, Fabiano Nogueira, a FUNCEF adota a boa prática de mercado de revisar anualmente as Políticas de Investimentos, amparada por previsões legais.

“Isso é fundamental para manter em estrita observância a alocação de recursos e garantir que estamos trabalhando com projeções atualizadas e alinhadas aos cenários econômicos nacional e internacional”, afirma ele.

“Um ponto importante que temos abordado nos últimos anos é o retorno ajustado ao risco. Nossas carteiras de investimentos foram padronizadas para ter o nível de risco adequado para cada plano de benefícios”, complementa Nogueira.

Guia estratégico

O gerente de Macroalocação e Cenários da Fundação, Raphael Fonseca, ressalta que as Políticas de Investimento são um dos principais instrumentos utilizados pelos fundos de pensão na gestão do patrimônio dos participantes.

“As políticas são um guia estratégico fundamental, que protege os participantes ao alinhar as estratégias de investimento aos objetivos atuariais do plano. Isso fortalece a transparência e a governança, orienta a gestão de riscos, promove diversificação eficiente, assegura conformidade regulatória e estrutura o planejamento de longo prazo”, observa.

Destaques por plano

REG/Replan

As atuais diretrizes seguem mantidas, o que significa que novos aportes de recursos no REG/Replan Saldado e Não Saldado serão aplicados exclusivamente no segmento de renda fixa.

O movimento faz parte de estratégia implementada pela Diretoria de Investimentos e Participações para melhorar a saúde financeira do plano, considerando o seu perfil maduro, ou seja, com volume

de aposentados e pensionistas muito maior do que o de empregados na ativa.

Iniciada nos últimos anos, essa estratégia envolve duas frentes. A primeira é chamada imunização, ou seja, a proteção da carteira de investimentos dos efeitos da variação das taxas de juros e inflação por meio da aquisição de títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação (NTN-Bs) com taxas de retorno superiores à meta atuarial.

A segunda é o casamento entre os fluxos de recebimento dos títulos públicos e os compromissos de pagamento de aposentadorias e pensões, chamada de cash flow matching.

“Este movimento é especialmente relevante à medida cresce significativamente o volume de pagamento de benefícios. A premissa é minimizar riscos e manter uma carteira mais líquida para atender às obrigações do plano”, destaca o gerente de Macroalocação e Cenários, Raphael Fonseca.

Ele lembra que a abordagem tem se mostrado bastante acertada, contribuindo para uma forte redução do risco estimado para o mesmo patamar de rentabilidade.

No REG/Replan Saldado e Não Saldado, para um retorno médio esperado de 6,1% + inflação (INPC) em 2026, o risco dos planos se manterá próximo de 1,5%, bem abaixo dos níveis históricos.

Novo Plano CD e REB CD (ativos)

Para os planos em fase de acumulação de recursos, são duas as diretrizes fundamentais. A primeira é alocação adequada às necessidades dos planos, essencial para a gestão adequada dos riscos.

Além disso, a Fundação mantém a estratégia de diversificação, ou seja, a exposição a diferentes classes de ativos para minimizar efeitos de um eventual cenário adverso.

“A estratégia seguirá ancorada na renda fixa, que deverá permanecer como a principal classe de ativos da alocação. Ainda assim, manteremos acompanhamento contínuo das condições de mercado para identificar oportunidades pontuais e seletivas em outras classes de investimentos”, antecipa o diretor de Investimentos e Participações, Fabiano Nogueira.

Novo Plano e REB BD (aposentados e pensionistas)

Esses planos são constituídos em sua totalidade por participantes assistidos. Por isso, a estratégia adotada desde 2018 é de manutenção de carteira composta majoritariamente (90%) de títulos públicos marcados na curva, isto é, que serão mantidos até o vencimento com baixo nível de volatilidade.

A carteira atual do Novo Plano e REB BD é formada por títulos com taxas de retorno superiores a 6% ao ano + inflação (IPCA), valores bem superiores à meta atuarial. Isso se traduz em estabilidade, previsibilidade e manutenção dos superávits registrados nos últimos anos.

A imunização da carteira e a correspondência de fluxos de caixa, estratégias já concluídas, são fatores que contribuem para os excelentes resultados históricos e projetados desses planos.

Política de Investimentos

Como estarão os juros no Brasil no início de 2026?

Nossos analistas respondem a essa e outras perguntas em mais um episódio do podcast FUNCEF Sem Economês

No oitavo episódio do podcast FUNCEF Sem Economês, os analistas de investimentos da Fundação

Camila Canedo, Rafael Coimbra e João Marcos Soares preveem o início da redução da taxa Selic em janeiro de 2026, com a queda de 0,25%. O Banco Central do Brasil vai manter os juros em 15% até o final deste ano.

Além disso, o episódio esclarece alguns termos em inglês frequentes no noticiário econômico: o shutdown do governo americano, o que significa ser dovish e hawish na política monetária e até o que o urso e touro têm a ver com o mercado financeiro.

Para saber mais sobre esses temas e como serão os impactos da isenção do imposto de renda de pessoa física para quem recebe até R$ 5 mil, em vigor no ano fiscal de 2026, que tem início em janeiro, assista à íntegra do podcast no YouTube da Fundação ou acompanhe no Spotify.

Fonte: Funcef, em 18.12.2025.